

10^o

FEPEG FÓRUM

ENSINO • PESQUISA
EXTENSÃO • GESTÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL: INDISSOCIABILIDADE
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



ISSN 1806-549 X

Autor(es): DIOGO DANIEL BANDEIRA DE ALBUQUERQUE, LUIZ PAULO FONTES DE REZENDE, NAYANA ROSA FREIRE, GLENDA NUNES GOMES, VICTORIA REGINA PEREIRA, LUDMILA CAETANO SOARES

A FNANCEIRIZAÇÃO DOS BANCOS NO BRASIL.

Introdução

As grandes mudanças¹ verificadas nos mercados financeiros mundiais após a década de 1960 resultaram em um processo de “financeirização” da economia capitalista (Plihon, 1995; Bruno *et al.*, 2009). Tais mudanças reduziram a funcionalidade do sistema financeiro ao desenvolvimento econômico na medida em que a desregulamentação dos mercados e as inovações potencializaram a conformação de uma riqueza financeira desconectada da riqueza real, ou seja, da produção de bens e serviços. Nestes termos, o conceito de funcionalidade é definido da seguinte forma: “Um sistema financeiro é funcional ao processo do desenvolvimento econômico quando ele expande o uso dos recursos existentes no processo do desenvolvimento econômico com o crescimento mínimo possível da fragilidade financeira e de outros desequilíbrios que devem interromper o processo de crescimento por razões puramente financeiras” (Studart, 1995; p. 64). Em outras palavras, isto significa que o sistema financeiro é funcional quando ele atende as necessidades da economia real através de empréstimos, sem colocar em risco o sistema econômico.

Esta redução funcionalidade bancária decorreu em razão da maior interpenetração entre o sistema bancário e o mercado financeiro, viabilizada por operação com derivativos de crédito e produtos estruturados lastreados em diferentes operações de crédito. Nesta configuração do sistema financeiro, as operações tornaram-se cada vez mais alavancadas e estimuladas por motivos especulativos. Diante deste cenário, o objetivo deste estudo é realizar uma análise quantitativa para verificar esta perda de funcionalidade por parte dos bancos no Brasil no período de 1994 a 2011.

A desregulamentação dos serviços financeiros em nível nacional; a maior abertura do setor bancário à competição internacional e os desenvolvimentos tecnológicos em telecomunicações e informática contribuíram para a diversificação das atividades dos bancos se processassem de forma mais rápida. Segundo Carvalho (2007) a tecnologia da informação e a comunicação viabilizaram a introdução da maioria das inovações no sistema financeiro, configurando uma nova indústria bancária. A principal tendência nas operações do sistema financeiro é o aumento da importância dos mercados de títulos, ocupando o espaço tradicionalmente reservado ao segmento de crédito. Novos mercados são criados e os bancos têm buscado mudar suas formas de operação para aproveitar as oportunidades abertas por essas transformações (Andima, 2001). Neste contexto, os bancos têm procurado diversificar suas atividades (seguro e títulos, administração de fundos de pensão, administração de portfólio das firmas, entre outros) de modo a compensar o declínio das receitas provenientes dos empréstimos. Esta moderna arquitetura do sistema financeiro elucida a dinâmica do capital financeiro que passa a ser fortemente influenciado pelas oportunidades de lucros, havendo uma separação funcional entre o capital financeiro e produtivo com o predomínio do primeiro sobre o segundo e o aumento da instabilidade econômica (Plihon, 1995; Perez, 2002; Bresser Pereira, 2010; Prates e Fahri, 2011)).

Esta separação entre a propriedade e gestão das atividades, às vezes, facilita o investimento, mas também contribui para agravar a instabilidade do sistema (Keynes, 1985). Embora o mercado financeiro seja essencial ao investimento de longo prazo através do mecanismo do *funding*, ele vem perdendo essa funcionalidade em decorrência da predominância de operações especulativas em busca de maiores lucros. As decisões de investimentos passaram ser orientadas pelas reavaliações diárias da bolsa de valores, expressas nos preços das ações e títulos. Esse modelo de capitalismo, apoiado pela desregulamentação dos mercados e por práticas de financeirização, implicou o aumento de ativos financeiros em circulação na economia mundial (securitização e derivativos). Tais ativos financeiros aumentaram a riqueza patrimonial e a taxa de lucro das instituições financeiras, assim como também a bonificações pagas aos operadores financeiros como recompensa às suas habilidades em aumentar as rendas capitalistas. Em outras palavras, isso significa que o crédito deixa de se basear principalmente em empréstimos de bancos às empresas, para se basear cada vez mais em títulos negociados por investidores financeiros.

Metodologia

O método de análise consiste num estudo empírico dos bancos brasileiros de uma amostra de treze² (13) bancos. O critério de seleção foi a participação média do Ativo destes bancos no Ativo Total do sistema financeiro nacional representando 77,10%, o que constitui uma boa amostra. Para analisar o processo de financeirização, as operações de crédito e de ativos financeiros foram extraídas das contas do balanço patrimonial no período de 1994 a 2011.

¹ Essas mudanças referem-se à internacionalização dos mercados de capitais, à intensificação da inovação e da concorrência financeira e ao fenômeno de desintermediação bancária com o surgimento de atores financeiros novos e potentes (fundos de pensão, fundos mútuos e companhias de seguros).

² Os treze bancos são: Banco do Brasil, Itau, Bradesco, Bndes, Caixa Econômica Federal, Santander, HSBC, Votorantim, Safra, Citibank, Unibanco, ABN Amro (Real) e Nossa Caixa.

10^o

FEPEG FÓRUM

ENSINO • PESQUISA
EXTENSÃO • GESTÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL: INDISSOCIABILIDADE
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



ISSN 1806-549 X

Resultados e discussão

As operações financeiras especulativas e de curto prazo no mercado secundário garantem altos retornos aos investidores, o que induziu aos bancos direcionarem o crédito aos compradores de ativos de modo a financiar suas transações especulativas com alto grau de alavancagem em escala muito ampliada. A rentabilidade destas operações e a competição com os investidores institucionais pressionaram os bancos a mudarem as suas operações e aturem como corretores nos mercados financeiros. Conforme a figura 01, verifica-se composição da receita dos bancos no Brasil tem uma participação significativa das operações de créditos e de derivativos, títulos e valores mobiliários (DTVM). O aumento das operações de crédito no ativo no período de 1994/98 é explicado pela expansão do consumo, impulsionados pela elevação do poder de compra, e pela perda de receitas inflacionárias, decorrentes da estabilização monetária do Plano Real. Em resposta às crises asiática e russa (1997 e 1998), o Banco Central elevou as taxas de juros para evitar a saída de capitais. Este aumento das taxas de juros induziu os bancos a realizarem aplicações financeiras mais rentáveis e menos arriscadas diminuindo participação do crédito no total receita. A participação do crédito supera novamente as operações DTVM depois de 2007, em razão da política de crédito no governo Lula para atenuar os efeitos da crise financeira internacional 2007/08. A participação das operações de DTVM teve um aumento significativo nas receitas dos bancos a partir do plano Real (julho de 1994) por causas das altas taxas de juros. Apesar do crescimento do crédito, no período de 2007/08, os bancos diversificaram suas operações, atuando principalmente no mercado financeiro, aplicando em títulos, derivativos, câmbio e arrendamento mercantil em detrimento do crédito.

De acordo com Mollo (2008), a concorrência entre bancos e outras instituições financeiras pressionou estes a fazer uma recomposição de seus portfólios para a obtenção de lucros rápidos, o que estimulou as operações especulativas e de curto prazo, em detrimento dos investimentos produtivos de médio e longo prazo. Estas operações buscando uma valorização patrimonial aumentou o grau de alavancagem financeira. Esta alavancagem financeira é calculada pela razão Ativo/Patrimônio Líquido (Ativo/PL) e está associada às mudanças esperadas nas condições de mercado (Paula, 2001). A tabela 01 apresenta uma análise de correlação entre as variáveis financeiras e o grau de alavancagem dos bancos no Brasil. Verifica-se uma correlação positiva (0,311) entre o grau de alavancagem e a concessão de crédito e uma associação negativa (-0,122) entre a alavancagem e o índice de funcionalidade. Já o indicador de funcionalidade apresentou uma correlação positiva e muito forte (0,845) com oferta de crédito destinado a economia (crédito/PIB). Estes resultados da análise de correlação confirmam que o nível de endividamento se eleva nos momentos de otimismo. Quando a economia está numa fase de crescimento, os bancos expandem o volume de crédito sem uma avaliação mais cautelosa dos riscos de inadimplência. Os bancos concedem empréstimos abundantes porque os riscos aparentemente diminuem, elevando assim, o grau de alavancagem das instituições financeiras mediante práticas financeiras mais agressivas (Minsky, 1996). Estes dados inferem que os bancos no Brasil estão sendo menos funcionais às atividades produtivas neste contexto de financeirização do capitalismo. A participação das operações de crédito ampliou somente nos períodos em que o governo adotou políticas de créditos para atenuar os impactos da crise financeira internacional. Neste mesmo período as demais operações financeiras tiveram pequenas quedas de participação.

Considerações finais

Além dos indicadores utilizados neste artigo, outros deverão ser analisados para captar os efeitos negativos da financeirização sobre sua funcionalidade dos bancos brasileiros. Também, a pesquisa sobre o grau de funcionalidade deve ser ampliada a outras instituições financeiras (Sistema Financeiro Nacional) e de uma forma mais pormenorizada por perfil de banco (público, privado, nacional e estrangeiro).

Agradecimentos

Agradecemos o apoio financeiro da Fapemig e da Unimontes pela concessão da bolsa de iniciação científica.

Referências bibliográficas

- BRESSER PEREIRA, L. C. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? NOVOS ESTUTOS, n. 86. Março, 2010.
- BRUNO, M; DIAWARA, H; ARAÚJO, E; REIS, A. C; RUBENS, M. *Finance-led growth regime no Brasil: estatuto teórico, evidências empíricas e consequências macroeconômicas*. 2009. 29 p. (texto para discussão n. 1455) - IPEA, Brasília, 2009.
- CARVALHO, F. C. Sobre a preferência pela liquidez dos bancos. Sistema financeiro: uma análise do setor bancário brasileiro. Org (Paula et al). Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 311 p.
- KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. 2ª ed. (os economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1985. 333p.
- MINSKY, H. P. *Stabilizing an unstable economy*. London: Yale University Press, 1986. 867p.



MOLLO, M.L.R. Financeirização como desenvolvimento do capital fictício: a crise financeira internacional e suas conseqüências no Brasil. Universidade de Brasília. 2011. 29p. (Texto para discussão, 358).

PAULA, L. F. R. Ajuste patrimonial e padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil durante o Plano Real (1994/98). Estudos Econômicos, São Paulo, v. 31, n. 2, Abril/Junho 2001.

PEREZ, C. Technological revolutions and financial capital: the dynamics of bubbles and golden ages. UK; USA: Elgar. 2002. 224p.

PLIHON, D. A ascensão das finanças especulativas. Economia e sociedade. Campinas, (5): 61-78, dez 1995.

PRATES, D. M; FARHI, M. O sétimo estágio de desenvolvimento do sistema bancário. IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira (AKB). 3 a 5 de agosto de 2011, Rio de Janeiro/RJ. 25p.

STUDART, R. Investment finance in economic development. London and New York: Routledge, 1995. 234p.

Tabela 1. Análise de correlação entre as variáveis financeiras

Variáveis	Alavancagem	Crédito/Ativo	Crédito/PIB	Funcionalidade
Alavancagem	1,000			
Crédito/Ativo	0,012	1,000		
Crédito/PIB	0,311	0,300	1,000	
Funcionalidade	-0,122	0,276	0,845	1,000

Fonte: elaboração própria.

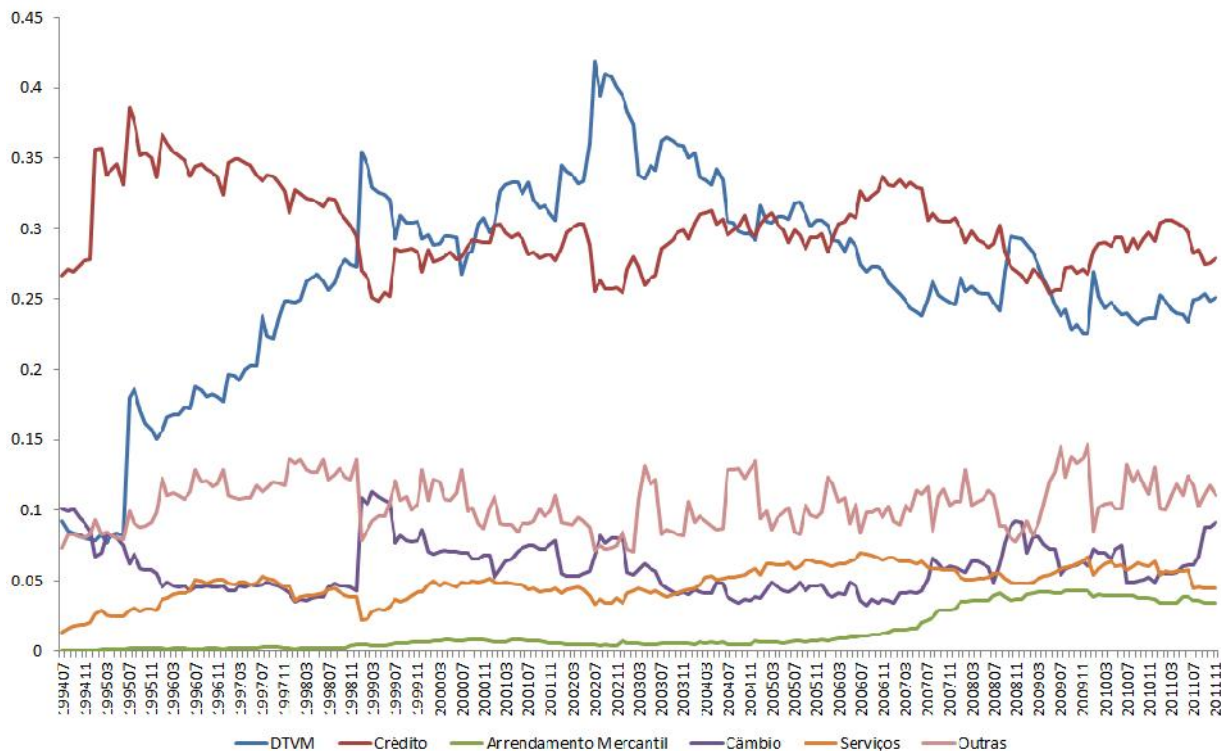


Figura 1. Composição da receita dos bancos no Brasil